

No Brasil onde faltam padres, quem são os jovens que atendem o 'chamado' ao sacerdócio: 'Celibato acontece com naturalidade'

Junior Henrique da Silva, de 31 anos, seguia uma carreira sólida em uma escola da rede particular de Belo Horizonte (MG), como professor e coordenador. Em 2022, porém, o mineiro de Raposos (MG) largou o emprego e terminou um noivado. Depois de duas desistências, ele enfim compreendeu o "chamado". Tinha sido admitido como seminarista para realizar o sonho de se tornar padre.

Kaik Ribas, de 28 anos, estudava jornalismo na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), mas sentia que algo não caminhava como planejado. No fim da graduação, resolveu tentar o caminho que o atraía desde a infância. Após três anos de encontros vocacionais — uma espécie de "classificatória" para os candidatos ao seminário, normalmente com duração de um ano —, ele foi aceito para a formação eclesial.

Hoje, ambos são colegas no Seminário Coração Eucarístico de Jesus, da Arquidiocese de Belo Horizonte, atualmente com 60 estudantes, residentes no edifício inaugurado em 1923, na região noroeste da capital mineira.

O período que antecede a batina dura um total de oito anos, incluindo a fase introdutória, chamada de propedêutico, e graduações em filosofia e teologia. Além disso, é composto por uma rígida rotina e pelas renúncias, entre as quais a mais famosa é o celibato.

Os dados mais recentes sobre os seminaristas, publicados em 2021 pela Regional Oeste 1 da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), indicavam um universo de 8 mil candidatos a padres no Brasil. Destes, 5,3 mil eram diocesanos (formados nas dioceses, as administrações regionais da Igreja, como as arquidioceses, responsáveis por paróquias locais — atualmente, são 278 as dioceses espalhadas pelo Brasil) e 2,7 mil, religiosos (ligados a congregações como franciscanos e jesuítas). A CNBB afirma que os números estão defasados, mas não informou qual a contagem atual.

Ao menos no âmbito global, a Igreja Católica tem registrado uma queda constante nessa estatística. De acordo com o Anuário Pontifício 2025, publicado em março e que atualiza os dados gerais do mundo católico, o total de seminaristas no mundo passou de 108,4 mil para 106,4 mil de 2022 para 2023, último ano registrado no documento. Mas a tendência já vem de mais tempo — segundo o anuário, há uma "diminuição ininterrupta desde 2012". Para se ter uma ideia, em 2019, eram 114 mil.

Segundo a publicação, o Brasil continuaria sendo o maior país católico do mundo, responsável por cerca de 13% dos fiéis do planeta, um contingente aproximado de 182 milhões de pessoas. Outros levantamentos, porém, colocam em xeque esse número. De acordo com uma pesquisa do Instituto Datafolha, divulgada em 2020, 50% dos brasileiros se declaravam católicos (cerca de 106 milhões na contagem populacional do Censo 2022) e 31% se diziam evangélicos.

Já uma projeção da consultoria Mar Asset Management, feita a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Receita Federal e publicada em fevereiro deste ano, aponta que, em outubro de 2026, 36% dos brasileiros serão evangélicos. Esse quadro, porém, não indica uma crise na formação católica, ressalta o padre Evandro Campos, reitor do seminário da Arquidiocese de Belo Horizonte.

A entidade responde atualmente por cerca de 650 padres, em 300 paróquias distribuídas por 28 municípios da região metropolitana. Os dados mais recentes da CNBB, de 2023, apontam para um total de 22,1 mil padres no Brasil. É um número que também está em queda, de acordo com um estudo divulgado em 2018 pelo Centro de Estatísticas Religiosas e Investigações Sociais (Ceris), fundação hoje extinta que era vinculada à CNBB. Havia então 27,3 mil padres no país — o que correspondia à época a um padre para 7,8 mil habitantes. Na Itália, em comparação, havia um para cada mil.

"A Igreja vem conseguindo responder acolhendo novos jovens", diz Campos. Segundo ele, há um trabalho feito diretamente com os párocos, no sentido de identificar possíveis candidatos ao sacerdócio. "A partir daí, vamos fazendo um acompanhamento individual e de grupo, durante um ano — e, nesse processo, temos tido uma presença grande de jovens", afirma Campos. Em alguns locais, onde a situação é crítica, como a região da Amazônia, a Igreja tem trazido sacerdotes até mesmo da Índia para tentar acabar com os "desertos de padres" na floresta.

01) Com base nas informações do texto e nas relações existentes entre as partes que o compõem, assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) O texto cita o exemplo de dois jovens universitários aceitos como seminaristas.
- (B) Entre as renúncias que devem ser feitas pelos seminaristas está o celibato.
- (C) De acordo com a CNBB existem 8.000 seminaristas no Brasil.
- (D) Todas as pesquisas citadas no texto apontam que o Brasil continua a ser o maior país católico do mundo.
- (E) O número de padres tem diminuído no Brasil.

02) Assinale a alternativa cuja palavra NÃO apresente dígrafo:

- (A) Carreira.
- (B) Chamado.
- (C) Planejado.
- (D) Espalhadas.
- (E) Pessoas.

03) Assinale a alternativa que apresente a circunstância estabelecida pelo termo em destaque no período: Os dados mais recentes da CNBB, de 2023, apontam para um total de 22,1 mil padres no Brasil.

- (A) Tempo.
- (B) Negação.
- (C) Modo.
- (D) Intensidade.
- (E) Lugar.

04) Assinale a alternativa que apresente a justificativa adequada para o emprego da vírgula no período: A CNBB afirma que os números estão defasados, mas não informou qual a contagem atual.

- (A) Separar Locução Adverbial.
- (B) Separar Oração Coordenada Sindética.
- (C) Separar o Oposto.
- (D) Isolar expressão explicativa.
- (E) Separar os termos de uma enumeração com idêntica função sintática.

05) Assinale a alternativa que apresente a função sintática exercida pelos termos em destaque no período: A entidade responde atualmente por cerca de 650 padres, em 300 paróquias distribuídas por 28 municípios da região metropolitana.

- (A) Sujeito.
- (B) Objeto Direto.
- (C) Vocativo.
- (D) Objeto Indireto.
- (E) Aposto.

MATEMÁTICA

06) Um curso de aperfeiçoamento tem 40 horas de duração. Este tempo é dividido nas seguintes atividades:

Atividades	Tempo
Parte Teórica	10 horas
Parte Prática	20 horas
Seminários	6 horas
Avaliações	4 horas

Com base nos dados da tabela, o percentual do curso destinado a Parte Prática e Seminários corresponde a:

- (A) 35%.
- (B) 65%.
- (C) 55%.
- (D) 26%.
- (E) 72%.

07) A tabela seguinte corresponde a quantidade de horas extras realizadas por colaboradores da Empresa Alfa:

Horas	Colaboradores
0 /--- 4	10
4 /--- 8	12
8 /--- 12	6
12 /--- 16	2
Total	30

Com base nestes dados da tabela, a média de horas extras neste período foi de:

- (A) 4,5 horas.
- (B) 5,5 horas.
- (C) 6,0 horas.
- (D) 6,5 horas.
- (E) 7,2 horas.

08) Um grande terreno possui uma área retangular de dimensões 10000 x 40 metros, o proprietário desta área vai construir um loteamento neste espaço. Metade da área destinada a terrenos de 40 x 40 metros e a outra metade em terrenos retangulares de 20 x 40 metros. Considerando a área total do terreno, a quantidade de lotes que vão ser feitos é igual a:

- (A) 250.
- (B) 275.
- (C) 325.
- (D) 350.
- (E) 375.

09) Um professor criou uma função relacionando a quantidade de horas estudadas e a notas que os alunos obtiveram em um teste. O modelo criado é $N(x) = 20 + 3,5x$, onde x é a quantidade de horas e N a nota estimada no teste. Com base neste modelo, um estudante que obteve a nota 90 no teste, estudou o total de:

- (A) 15,0h.
- (B) 17,5h.
- (C) 18,5h.
- (D) 20,0h.
- (E) 19,5h.

10) Tiago e Amanda foram fazer um lanche. Tiago comeu dois pastéis e tomou um suco, já Amanda tomou dois sucos e comeu um pastel. Sabendo que Tiago pagou pelo seu lanche o total de R\$ 17,00 e Amanda R\$ 19,00, o valor de um pastel mais um suco é igual a:

- (A) R\$ 10,00.
- (B) R\$ 11,00.
- (C) R\$ 12,00.
- (D) R\$ 13,00.
- (E) R\$ 14,00.

CONHECIMENTOS GERAIS

11) A história política do Brasil já teve mais de um processo de impeachment de presidentes da República. Um deles ocorreu no ano de criação do município de Quarto Centenário. Considerando esse contexto, analise as assertivas e assinale V para Verdadeiro ou F para Falso:

- () O processo de impeachment em questão ocorreu durante o governo de Fernando Collor de Mello.
- () O responsável por assumir o governo após os desdobramentos relacionados àquele processo de impeachment foi o vice-presidente Itamar Franco.
- () Este processo de impeachment foi todo conduzido pelo Supremo Tribunal Federal, sob presidência de Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.
- () Este processo ocorreu em 1964, no mesmo ano em que acabou a Segunda Guerra Mundial.

Assinale a sequência correta, de cima para baixo:

- (A) V-V-F-F.
- (B) V-F-V-F.
- (C) F-F-V-V.
- (D) F-F-F-F.
- (E) F-F-F-V.

12) Em 2022, a Igreja Católica lamentou o falecimento de um importante líder religioso que ocupou o papado entre 2005 e 2013. Ele foi o primeiro papa a renunciar ao cargo em séculos, um evento histórico que gerou ampla discussão no mundo católico. Após sua renúncia, foi sucedido pelo Papa Francisco, que se tornou uma figura globalmente reconhecida por suas posições progressistas. Qual das alternativas abaixo se refere ao nome do papa que faleceu em 2022, sendo sucedido pelo Papa Francisco?

- (A) João Paulo II.
- (B) Bento XVI.
- (C) Francisco I.
- (D) João XXIII.
- (E) Pio XII.

13) Localizado na região oeste do Paraná, o município de Quarto Centenário destaca-se pela produção agrícola, especialmente de grãos como soja e milho. A região é conhecida por sua logística estratégica, com acesso a rodovias importantes que conectam o estado a outros países do Mercosul. Considerando a distribuição geográfica dos polos econômicos paranaenses, qual das alternativas abaixo se refere ao município mais próximo de Quarto Centenário, sendo um centro regional de referência em comércio, indústria e serviços?

- (A) Londrina.
- (B) Curitiba.
- (C) Cascavel.
- (D) Maringá.
- (E) Ponta Grossa.

14) Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta:

Em maio de 2025, o Brasil recebeu um grande show de _____, que incluiu performances de sucessos como Alejandro e Poker Face, e surpreendeu o público ao usar um vestido com as cores da bandeira do Brasil e dedicar discursos emocionados aos fãs, reforçando sua conexão com o país. O evento contou com grande investimento da prefeitura da cidade de _____ para impulsionar a economia local. Estimativas indicam que reuniu mais de 2 milhões de pessoas reunidos em um local icônico chamado _____.

- (A) Madonna/São Paulo/Ibirapuera.
- (B) Beyoncé/Salvador/Pelourinho.
- (C) Taylor Swift/Brasília/Esplanada.
- (D) Lady Gaga/Rio de Janeiro/Copacabana.
- (E) Katy Perry/Fortaleza/Beira-Mar.

15) O conflito na Faixa de Gaza, território palestino sob bloqueio desde 2007, é um dos mais longos e complexos da geopolítica moderna. Em 2023, a escalada de violência atingiu níveis críticos após ataques coordenados do grupo Hamas a _____ e seguidos por uma intensa resposta militar. O confronto resultou em milhares de mortes, deslocamento em massa de civis e destruição de infraestruturas essenciais, gerando condenações internacionais e debates sobre crimes de guerra.

Qual das alternativas abaixo completa corretamente a lacuna e se refere ao país que atualmente está em conflito armado com a Palestina, especialmente na Faixa de Gaza?

- (A) Síria.
- (B) Egito.
- (C) Líbano.
- (D) Jordânia.
- (E) Israel.

INFORMÁTICA

16) Sobre a redundância de dados em nuvem, é correto afirmar que:

- (A) Significa copiar os dados para o computador local.
- (B) Refere-se à compressão automática de arquivos para economizar espaço.
- (C) É a replicação dos dados em diferentes servidores para garantir disponibilidade.
- (D) Indica a remoção automática de dados duplicados.
- (E) É o processo de encriptação em múltiplos formatos.

17) Sobre Firewall, é correto afirmar:

I - O firewall controla todas as mensagens que passam por ele.

II - Em sua configuração padrão, os firewalls barram todos os tráfegos que passam por ele.

III - Basicamente, todo o tráfego de entrada e saída da rede deve passar obrigatoriamente por esse sistema de segurança.

IV - Um firewall não pode ser utilizado na proteção entre redes internas da mesma empresa.

- (A) Somente I e II estão corretos.
- (B) Somente II e III estão corretos.
- (C) Somente I, II e III estão corretos.
- (D) Somente I, II e IV estão corretos.
- (E) Todas estão corretas.

18) Sobre o processo de virtualização é correto afirmar que:

- (A) É o processo de converter um recurso físico de TI em um recurso virtual de TI.
- (B) Diretrizes formais sobre controle de acesso, uso de recursos e resposta a incidentes.
- (C) Permissão irrestrita para instalação de software pelos usuários.
- (D) Garantir a autenticidade e a integridade de informações digitais.
- (E) Atualizar automaticamente o sistema operacional.

19) No Microsoft Excel, qual função Retorna o menor valor k-ésimo do conjunto de dados? (Esta função retorna valores com uma posição específica relativa em um conjunto de dados).

- (A) =MAIOR()
- (B) =MÍNIMO()
- (C) =ORDENAR()
- (D) =MENOR()
- (E) =PROCURAR()

20) Durante a edição de documentos, é comum encontrar uma palavra ou expressão que, ao ser clicada, direciona o usuário para outro local no mesmo documento ou para um documento diferente, possibilitando uma navegação rápida e integrada entre conteúdos. Este recurso é conhecido como:

- (A) Âncora de conteúdo.
- (B) Hipertexto.
- (C) Anotação lateral.
- (D) Marcador de posição.
- (E) Nota de rodapé.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21) René, nomeado para cargo comissionado há dezessete meses, aspirou ao direito de licença para tratar de interesses particulares. À luz das disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Quarto Centenário sobre a respectiva licença, é correto afirmar que:

- (A) René não poderá obter licença antes de completar dois anos de exercício.
- (B) René poderá obter licença, visto que já completou dezoito meses de exercício.
- (C) René somente não poderá obter licença caso tenha usufruído do mesmo direito há menos de dois anos.
- (D) René poderá obter licença, todavia sem remuneração.
- (E) René não poderá obter licença, visto que é direito exclusivo dos servidores estáveis.

22) A Lei Orgânica do Município de Quarto Centenário dispõe que a educação será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Considerando as disposições da lei municipal a respeito do assunto, analise as assertivas a seguir e marque a opção correta:

- (A) A valorização dos profissionais do ensino, garantidos na forma da lei, planos de carreira para o magistério público municipal, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos é um dos princípios que regem a ministração do ensino.
- (B) O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público objetivo.
- (C) Não compete ao Poder Público Municipal zelar pela frequência e permanência do educando na escola.
- (D) O município atuará exclusivamente no ensino fundamental, especial e na educação infantil.
- (E) O Município aplicará, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino nunca menos de 30% (trinta por cento) da receita resultante de impostos municipais e transferências recebidas pelo estado e da união.

23) À luz das disposições da Lei Orgânica do Município de Quarto Centenário sobre os servidores públicos municipais, assinale a opção correta:

- (A) Os secretários municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (B) O Poder Executivo publicará semestralmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.
- (C) O servidor será aposentado compulsoriamente, aos sessenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.
- (D) Os requisitos para a investidura em cargo público são irrelevantes para a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório.
- (E) Ao servidor público eleito para o cargo de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo, vedada a dispensa a partir do registro da candidatura até um ano após o término do mandato.

24) Analise as assertivas e assinale a alternativa correta. A Lei Orgânica municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - De no mínimo 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

II - Do Prefeito.

III - De no mínimo 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

- (A) Somente o item II está correto.
- (B) Somente os itens I e II estão corretos.
- (C) Somente os itens I e III estão corretos.
- (D) Somente os itens II e III estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

25) Sobre a competência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme disposto na Lei Complementar nº 113/2005, assinale a alternativa correta:

- (A) O Tribunal de Contas apenas emite pareceres consultivos e não possui competência para aplicar sanções a gestores públicos.
- (B) Compete ao Tribunal julgar as contas do Governador do Estado de forma definitiva, com efeito vinculante para a Assembleia Legislativa.
- (C) O Tribunal de Contas é incumbido de apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadorias, exceto para cargos comissionados.
- (D) A fiscalização da aplicação de recursos estaduais por entidades privadas de caráter assistencial é realizada somente mediante provocação da Assembleia Legislativa.
- (E) As decisões do Tribunal de Contas são meramente opinativas e não podem ser executadas judicialmente em caso de danos ao erário.

26) Considerando as disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Quarto Centenário/PR sobre a concessão de licenças e o regime disciplinar, analise os casos hipotéticos a seguir e posteriormente assinale a alternativa correta:

I - Maria, servidora efetiva, após ter sido formalmente advertida em razão da falta de assiduidade ao serviço, reincidiu na mesma conduta, razão pela qual lhe foi aplicada a penalidade de suspensão de 20 (vinte) dias.

II - João, servidor efetivo, manteve sob sua chefia imediata em cargo de confiança seu primo Carlos, parente de quarto grau civil, razão pela qual lhe foi aplicada penalidade de suspensão de 30 (trinta) dias.

III - Marta, servidora efetiva, comercializa roupas e acessórios como forma de complementar sua renda. Ocorre que por fazer a comercialização de seus produtos com seus colegas no recinto da repartição pública e durante o horário de expediente foi punida com suspensão de 90 (noventa) dias.

- (A) Somente o item II está correto.
- (B) Somente os itens I e III estão corretos.
- (C) Somente os itens I e II estão corretos.
- (D) Somente os itens II e III estão corretos.
- (E) Nenhum dos itens está correto.

27) O Estatuto dos Servidores Públicos do município de Quarto Centenário/PR dispõe que “o servidor estável poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, do Distrito Federal, dos Estados, de outros Municípios, ou na Administração Indireta do Município de Quarto Centenário”. Sobre o assunto, analise as assertivas a seguir e marque a opção incorreta:

- (A) Na hipótese de cessão para exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionário, se Federal, Distrital, Estadual, de outros Municípios, ou da Administração Indireta.
- (B) O servidor não poderá ser cedido para o exercício de função totalmente estranha àquela para a qual foi tenha sido aprovado em concurso público, ainda que tenha requerido ou anuído livre e espontaneamente.
- (C) Além do ônus da remuneração, o órgão ou entidade cessionário deverá efetuar o recolhimento dos encargos previdenciários relativo ao servidor cedido.
- (D) A cessão de servidores públicos estáveis entre os órgãos da Administração Direta e a Câmara Municipal, será deferida pelo Prefeito ou pelo Presidente do Legislativo, com ônus para o cedente.
- (E) O órgão cessionário enviará, mensalmente, ao órgão de origem do servidor cedido, a respectiva frequência, para efeito de registro e controle.

28) De acordo com a Lei Complementar nº 113/2005, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, assinale a alternativa correta sobre a atuação do Tribunal no julgamento das contas públicas:

- (A) As contas dos Prefeitos Municipais são julgadas diretamente pelo Tribunal de Contas, após a emissão de parecer pela Câmara Municipal.
- (B) No julgamento das contas, o Tribunal pode apenas declará-las regulares ou irregulares, não havendo previsão para ressalvas.
- (C) As contas podem ser consideradas irregulares mesmo sem prejuízo financeiro, bastando a omissão no dever de prestar contas.
- (D) As contas serão julgadas irregulares quando comprovado o desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, hipótese em que o Tribunal fixará responsabilidade subsidiária do agente público que praticou o ato irregular.
- (E) Se as contas forem consideradas ilíquidáveis por caso fortuito, o responsável será condenado ao ressarcimento do dano.

29) Considerando as disposições legais para que a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal contratem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, analise as assertivas a seguir e marque a opção correta:

- (A) Os consórcios públicos podem ter personalidade de direito público ou de direito privado, todavia o consórcio público com personalidade jurídica de direito público não integra a administração indireta dos entes da Federação consorciados.
- (B) É permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.
- (C) O consórcio público somente poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados mediante licitação.
- (D) A União somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- (E) O consórcio público, com personalidade jurídica de direito privado, está dispensado de observar as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal.

30) João, servidor público municipal, utilizando-se de sua função na comissão de licitação, direcionou o resultado de um certame para beneficiar determinada pessoa jurídica com a qual possuía vínculos pessoais. Apesar de não ter havido enriquecimento ilícito direto por parte de João, o favorecimento gerou lesão ao erário e comprometeu os princípios da administração pública. Descoberta a conduta, foi instaurada ação de improbidade administrativa. Com base na Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que:

- (A) O ato praticado por João configura improbidade administrativa apenas se houver comprovação de dolo específico e enriquecimento ilícito.
- (B) O servidor cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, punível exclusivamente com multa civil.
- (C) A conduta de João configura ato de improbidade que resulta em enriquecimento ilícito, sendo obrigatória a decretação da perda dos bens e valores acrescidos ao patrimônio.
- (D) Trata-se de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, e pode sujeitar João à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos e ressarcimento ao erário, desde que haja dolo ou culpa grave.
- (E) Não se trata de improbidade administrativa, pois não houve obtenção de vantagem indevida nem prejuízo concreto aos cofres públicos.

31) Com base no sistema constitucional brasileiro, assinale a alternativa correta quanto às limitações ao poder de reforma da Constituição Federal e aos legitimados para apresentação de Propostas de Emenda à Constituição (PEC):

- (A) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- (B) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- (C) O Procurador Geral da República é legitimado para propor emenda à Constituição Federal.
- (D) A Constituição somente não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou de estado de defesa.
- (E) A Constituição não poderá ser emendada durante período de comoção grave de repercussão nacional.

32) Considerando as disposições da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) a respeito da renúncia de despesa, assinale a alternativa correta:

(A) A concessão de benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá ser acompanhada de demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita na lei orçamentária.

(B) As regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para renúncia de receita em decorrência de incentivo ou benefício tributário não se aplicam as concessões de subsídio, pois implicaria em violação do pacto federativo e da separação dos poderes.

(C) A ampliação de incentivo de natureza fiscal da qual decorra renúncia de receita deverá ser acompanhada de medidas de compensação no período em que deva iniciar sua vigência e nos três períodos seguintes.

(D) As regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para renúncia de receita em decorrência de incentivo ou benefício tributário também se aplicam às alterações de alíquotas dos impostos chamados extrafiscais.

(E) As regras estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal para renúncia de receita não se aplicam ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

33) Sobre as alterações introduzidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) através da Lei n.º 13.655/2018, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta:

I - Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

II - A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresse suas consequências jurídicas e administrativas.

III - Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

(A) Somente o item I está correto.

(B) Somente os itens II e III estão corretos.

(C) Somente os itens I e III estão corretos.

(D) Somente os itens I e II estão corretos.

(E) Todos os itens estão corretos.

34) Consoante dispõe o Código Civil a respeito dos defeitos do negócio jurídico, analise as assertivas a seguir e marque a opção correta:

(A) A simulação, quando verificada, conduz à anulabilidade do negócio jurídico, permitindo que os interessados diretos convalidem seus efeitos mediante manifestação expressa.

(B) O dolo do terceiro, ainda que conhecido por uma das partes, jamais é apto a macular o negócio jurídico, eis que se trata de vício externo à relação negocial direta.

(C) A coação, como vício de consentimento, torna o negócio jurídico anulável, sendo irrelevante, para sua caracterização, o grau de intensidade do temor incutido na vítima, bastando a simples ameaça.

(D) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.

(E) A lesão, ainda que implique manifesta desproporção entre as prestações, é vício que enseja a nulidade absoluta do negócio jurídico, uma vez que atenta contra a função social do contrato.

35) Após o trânsito em julgado da ação judicial na qual se reconheceu a procedência do pedido de indenização por danos materiais em face do Município de Quarto Centenário/PR, a exequente Luna, por intermédio de seu advogado, promoveu o cumprimento de sentença. Na ocasião, requereu a intimação do ente público para, no prazo de quinze dias úteis, efetuar o adimplemento voluntário da obrigação, consistente no pagamento da quantia certa de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), apresentando demonstrativo detalhado e atualizado do crédito. Ao final, postulou, ainda, a imposição da multa e honorários advocatícios sucumbenciais, ambos fixados no percentual de 10% (dez por cento), na hipótese de não haver o pagamento espontâneo no prazo retromencionado. Considerando o caso apresentado e as disposições do Código de Processo Civil, é correto afirmar que:

(A) Caberá ao Município efetuar voluntariamente o pagamento ou oferecer garantia à execução no prazo de trinta dias úteis ou apresentar impugnação através de embargos à execução, em autos apartados.

(B) O Município será intimado na pessoa de seu representante judicial para que, querendo, no prazo de 15 dias e nos próprios autos, impugnar a execução.

(C) Se o Município verificar que a exequente pleiteia por quantia superior a resultante do título executivo, deverá declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição.

(D) A multa pleiteada somente será devida pelo Município caso sejam rejeitadas as suas arguições em impugnação ao cumprimento de sentença.

(E) Se o Município impugnar a execução e forem rejeitadas as suas arguições, deverá no prazo de cinco dias efetuar o depósito judicial do valor devido, sob pena de penhora.

36) Considerando as disposições do Código de Processo Civil sobre a ação de consignação em pagamento, analise as assertivas a seguir e marque a opção correta:

(A) Ainda que julgado procedente o pedido, o juiz dispensará o réu do pagamento de custas e honorários advocatícios caso a ação de consignação em pagamento tenha sido ajuizada em razão de dúvida sobre o legítimo recebedor do bem ou de quantia.

(B) Se o réu receber a quantia ou o bem consignado e der quitação, o juiz o condenará ao pagamento de custas e honorários advocatícios.

(C) Se ocorrer dúvida sobre quem deva legitimamente receber o pagamento, o autor requererá o depósito e a citação dos possíveis titulares do crédito para provarem o seu direito, sendo que na hipótese de não comparecer pretendente algum, o juiz declarará extinta a obrigação e ordenará a expedição de alvará em favor do autor.

(D) Alegada a insuficiência do depósito, é lícito ao autor completá-lo, em quinze dias.

(E) A ação de consignação em pagamento será processada exclusivamente na forma de rito ordinário.

37) Considerando o regime jurídico disposto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) acerca da alteração contratual, assinale a alternativa correta:

(A) A alteração do contrato de trabalho é livremente permitida, desde que o empregador demonstre que a medida é necessária para a preservação da atividade econômica da empresa, ainda que prejudicial ao empregado.

(B) O *jus variandi* autoriza o empregador a alterar unilateralmente as condições contratuais pactuadas, inclusive aquelas que impliquem redução salarial, desde que observado o princípio da continuidade da relação de emprego.

(C) Ao empregador é vedado transferir o empregado sem a sua anuência, salvo se o trabalhador exercer cargo de confiança ou se o contrato tenha como condição, explícita ou implícita, a transferência, quando esta decorra de real necessidade de serviço.

(D) O contrato de trabalho pode ser alterado unilateralmente pelo empregador em qualquer hipótese, se houver previsão expressa em norma coletiva autorizando tal prática.

(E) Não se considera alteração unilateral a remoção do empregado do exercício de função de confiança, desde que seja incorporada a gratificação correspondente.

38) Sobre a suspensão e interrupção do contrato de trabalho, é INCORRETO afirmar:

- (A) Ao empregado afastado do emprego, são asseguradas, por ocasião de sua volta, todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.
- (B) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar, ou de outro encargo público, não constituirá motivo para alteração ou rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- (C) O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário até três dias, em cada doze meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- (D) A suspensão do empregado por mais de trinta dias consecutivos importa na rescisão injusta do contrato de trabalho.
- (E) É lícito ao empregado ausentar-se do serviço, sem prejuízo do salário, por cinco dias úteis, em caso de nascimento de filho, de adoção ou de guarda compartilhada.

39) Com relação a discriminação constitucional das receitas tributárias, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta:

I - Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

II - Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

III - Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do ICMS.

- (A) Somente o item I está correto.
- (B) Somente os itens II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens I e III estão corretos.
- (D) Somente os itens I e II estão corretos.
- (E) Todos os itens estão corretos.

40) À luz da Constituição Federal de 1988 e o entendimento consolidado dos tribunais pátrios, assinale a alternativa correta acerca das limitações ao poder de tributar:

- (A) A vedação à utilização de tributo com efeito de confisco aplica-se apenas aos impostos, não alcançando taxas ou contribuições especiais, em razão da distinta natureza jurídica desses tributos.
- (B) A imunidade recíproca prevista no artigo 150, VI, "a", da Constituição Federal impede a cobrança de qualquer espécie tributária entre entes federativos, inclusive em relação a receitas decorrentes de exploração de atividade econômica em sentido estrito.
- (C) A anterioridade nonagesimal aplica-se indistintamente a todos os tributos, ressalvadas apenas as hipóteses de guerra externa ou calamidade pública, desde que expressamente autorizadas pelo Senado Federal.
- (D) A imunidade das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos, prevista no artigo 150, VI, "c", da CF, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais destas entidades.
- (E) A isenção tributária concedida por lei municipal não pode ser revogada por outro ente federativo, salvo mediante edição de lei complementar federal autorizando a supressão da vantagem fiscal.